



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021

Registro de Preços para eventual aquisição de notebooks.

A V I S O

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e em seus anexos, notadamente, quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.

*Além disso, faz-se necessária a análise detalhada do edital e seus anexos para a formulação de proposta/lance. A prática injustificada de atos como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a **sanções**, apuradas em regular processo administrativo. (acórdão TCU n.º 754-2015 - Plenário)*

DÚVIDAS? (85) 3521-2625
pregoeiro@jfce.jus.br

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2021

A **UNIÃO**, através **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ** e por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria n.º 106, de 01 de setembro de 2021**, da **Diretora da Secretaria Administrativa**, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **tipo menor preço, pelo Sistema de Registro de Preços, com adjudicação por ITEM**, por meio da *internet*, através do sistema Comprasnet, disponível no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br, para **eventual aquisição de notebooks, com participação restrita as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados no que diz respeito aos itens 2, 5, 8 e 11 e participação de quaisquer interessados para os demais itens.** A presente licitação será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/02, com o Decreto Federal n.º 3.555, de 08/08/00, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**, com o Decreto Federal n.º 7.174, de 12/05/2010, com a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/06 e suas alterações, com o Decreto Federal n.º 8.538, de 06/10/15, com o Decreto Federal n.º 7.892/2013 e suas alterações, e com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93. Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, **o horário de Brasília-DF** e, dessa forma serão registrados no sistema eletrônico, tendo em vista o que consta no **SEI n.º 0003246-85.2021.4.05.7600**. Os documentos, quando solicitados, devem ser enviados para a sede da Justiça Federal no Ceará, situada na Praça General Murilo Borges, 01, Edifício Raul Barbosa – Seção de Licitações no 8º andar, Centro – Fortaleza/CE, CEP 60.035-210.

UASG DO ÓRGÃO GERENCIADOR: 90006 (JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ)

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

Comando do 3º Distrito Naval – 3ºDN
Justiça Federal de 1ª Instância de Alagoas – JFAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5

O certame será realizado no **dia 25/10/2021, às 10h00min.**

MODO DE DISPUTA DE ENVIO DE LANCES:

(X) ABERTO E FECHADO

São partes integrantes deste edital:

| | |
|------------------|---|
| ANEXO I | Termo de Referência e seus anexos; |
| ANEXO II | Preços de Referência; |
| ANEXO III | Modelo de Proposta; |
| ANEXO IV | Minuta da Ata de Registro de Preços; |
| ANEXO V | Minuta de Contrato; e |
| ANEXO VI | Local de Entrega dos Bens. |

1.0 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **o registro de preços para eventual aquisição de notebooks**, conforme especificações e demais condições detalhadas no termo de referência anexo e segundo as

quantidades **abaixo**:

| JFCE - COTA PRINCIPAL | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|------------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 1 | Unid | 114 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 1.414.579,26 |

| JFCE - COTA RESERVADA | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 2 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |

| JFCE - COTA ESPELHO | | | | | |
|---------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 3 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |

| 3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA PRINCIPAL | | | | | |
|--|------|-----|---|----------------|----------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 4 | Unid | 9 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 111.677,31 |

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
 SEÇÃO DE LICITAÇÕES

| 3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA RESERVADA | | | | | |
|--|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 5 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 37.225,77 |

| 3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA ESPELHO | | | | | |
|--|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 6 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 37.225,77 |

| JFAL - COTA PRINCIPAL | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|------------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 7 | Unid | 94 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 1.166.407,46 |

| JFAL - COTA RESERVADA | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 8 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

| JFAL - COTA ESPELHO | | | | | |
|---------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 9 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |

| TRF5 - COTA PRINCIPAL | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|----------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 10 | Unid | 46 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 570.795,14 |

| TRF5 - COTA RESERVADA | | | | | |
|-----------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 11 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |

| TRF5 - COTA ESPELHO | | | | | |
|-------------------------|------|-----|---|----------------|---------------|
| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
| 12 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| TOTAL DA DESPESA | | | R\$ 3.524.039,56 | | |

OBSERVAÇÕES:

A) Em consonância com o art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, o registro de preços dos materiais, terão as seguintes condições de participação:

O item “Notebook, tela de 14”, SSD de 512GB, 16GB de RAM, Peso de até 1,55Kg, conforme termo de

referência”, com valor total estimado de R\$ 3.524.039,56 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos) foi desmembrado em cotas conforme abaixo:

- COTA PRINCIPAL POR ÓRGÃO (75% do LOTE),
- COTA RESERVADA POR ÓRGÃO (25% do item ou até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)) e
- COTA ESPELHO POR ÓRGÃO (espelho da cota reservada)

I – COTA PRINCIPAL: lote aberto para participação de quaisquer interessados.

II – COTA RESERVADA: Refere-se à determinação do artigo 8º do decreto 8.538/2015, com participação restrita às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados. O valor unitário deste lote não poderá ser superior ao lance vencedor da cota principal. Caso o vencedor não concorde em negociar o valor, as cotas reservadas serão canceladas (art. 10, II, do Decreto 8.538/2015) e será aberta a cota espelho, para substituição.

III – COTA ESPELHO: Refere-se ao artigo 8º, §2º do decreto 8.538/2015, com participação de quaisquer interessados. Estes itens somente serão abertos para fase de lances, caso as cotas reservadas sejam desertas, fracassadas ou canceladas. O valor do lance vencedor destes itens não poderá ser superior ao lance vencedor da cota principal.

IV – Se o mesmo licitante vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação do total deverá ocorrer pelo menor preço.

V – Será dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

1.2. Este Edital estabelece os requisitos para participação no registro de preços, mediante pregão eletrônico, o critério que será adotado para o julgamento das propostas e as condições das contratações futuras, se for o caso, da(s) empresa(s) cujos preços forem registrados.

1.3. O objeto desta contratação será realizado na forma de execução indireta, com regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea "b" da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. O preço máximo estimado e admitido pela Administração para a contratação do objeto deste certame, será de R\$ 3.524.039,56 (três milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos), sendo:

- **R\$ 1.489.030,80** (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil e trinta reais e oitenta centavos) para **JFCE**;
- **R\$ 1.240.859,00** (um milhão, duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e nove reais) para **a JFAL**;
- **R\$ 148.903,08** (cento e quarenta e oito mil, novecentos e três reais e oito centavos) para **o 3º DN**; e
- **R\$ 645.246,68**, (seiscentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos) **para o TRF5**; conforme documentos anexados aos autos, com fulcro no inciso III, do art. 3º, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.

Os preços unitário e total estão discriminados no ANEXO II - Preços de Referência.

1.5. As eventuais aquisições dar-se-ão mediante convocação do beneficiário da ata de registro de preços para **assinatura do Instrumento Contratual**, nos termos do art. 62 da Lei Federal n.º 8.666/93.

1.6. O registro dos preços não se constitui em obrigação de aquisição de qualquer quantidade registrada, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição de quaisquer itens ou outro registro de preços.

1.7. Em igualdade de condições, fica assegurado ao licitante que tenha seu preço inicialmente registrado o direito de preferência se a Administração decidir realizar licitação específica para aquisição ou decidir adquirir de registro de preços posterior.

1.8. Para todos os efeitos serão válidas, dentro do prazo de vigência da ata de registro de preços, as comunicações enviadas através de ofício, com ou sem AR, fax ou endereço eletrônico, sendo de inteira responsabilidade da empresa registrada a atualização de seus dados para comunicações.

1.9. Não será permitida a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste certame licitatório.

1.10. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no Compras governamentais e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste quaisquer interessados, cujo ramo de atividade guarde pertinência e compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – e perante o sistema eletrônico promovido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.1.1. A participação será restrita as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados no que diz respeito às COTAS RESERVADAS e participação de quaisquer interessados para as DEMAIS COTAS

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.3. A licitante será responsável formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Estão impedidos de participar direta ou indiretamente deste certame:

2.2.1. as empresas:

- a) em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição¹;
- b) empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no país;
- c) impedidas de licitar ou contratar com a **União** (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a **Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará** (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- d) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) empresa, cooperativa ou instituições sem fins lucrativos cujos objetos sociais não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- f) que se encontre sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, **observada a exceção contida no subitem 10.6.1.2, devendo a licitante apresentar a documentação ali exigida para possibilitar sua participação no certame**;
- g) da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor da Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará; e

2.2.2. conforme decisão do Conselho Nacional de Justiça na Consulta 0001199-62.2015.2.00.0000:

a) É vedada a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de todos os respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidores investidos em cargo de direção e de assessoramento, a teor do art. 2º, inciso V, da Resolução CNJ n.7;

b) É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação (pregão eletrônico, tomada de preço, concorrência pública etc.), de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

c) A vedação descrita no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

d) É permitida a contratação, por meio de regular procedimento licitatório em que se permita a livre concorrência (a exemplo do pregão, tomada de preços e concorrência pública), de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados de primeiro e de segundo graus atuantes exclusivamente na jurisdição,

¹Nesse sentido, estou de acordo com as conclusões obtidas pela Unidade Técnica no exame pontual de todas as alegações contidas na representação, as quais resultaram improcedentes, tendo em vista, basicamente, que:

(...)

b) nem sempre a participação de empresas em consórcio implica incremento de competitividade (associação de pequenas empresas para participação em conjunto), podendo vir a constituir, ao contrário, limitação a concorrência (diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio);”

Acórdão 280/2010 Plenário (Voto do Ministro Relator)

assim como de servidores que, embora ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (a exemplo dos servidores da área judiciária, como escrivães, diretores de secretaria, assistentes /assessores de magistrados), não atuem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não vislumbrar, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório;

e) Nada obsta que o tribunal vede a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

2.3. É vedada, da mesma forma, a participação no certame de interessados (as) que:

2.3.1. Estejam impedidas de participar de licitações nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.3.2. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos IV e V do artigo 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

2.3.3. Estejam proibidas de participar de licitações públicas e de celebrar contratos com o Poder Público nos termos do artigo 81, § 3º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

2.3.4. Tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

2.3.5. Estejam proibidas de contratar com o Poder Público em função da aplicação do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

2.4. Também como requisito para participação, as declarações referidas nos subitens 2.4.1, 2.4.2 e 2.4.3 deverão ser enviadas de forma virtual, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.com.br.

2.4.1. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de sua habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE n.º 05/95, com alterações da IN/MARE n.º 09/96, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei n.º 8.666/93, observadas as penalidades cabíveis.

2.4.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, com a redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27/10/99.

2.4.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com a Instrução Normativa n.º 2/SLTI/MPOG, de 16/09/09.

2.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e do exercício do cargo de preposto, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme o termo de

Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante dos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF.

2.6. A licitante deverá apresentar endereço para **correspondência eletrônica**, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente.

2.6.1. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de **contagem de prazos** para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato, conforme o caso.

3.0 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente no sistema eletrônico na forma do **Anexo III - Modelo de Proposta**, consignando, no local indicado, o preço total do(s) item(ns) ofertado(s) nele(s) incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos necessários à execução do objeto desta licitação.

3.1.1. É **VEDADO** ao licitante, quando da inclusão de sua proposta no sistema, inserir qualquer elemento que possa **IDENTIFICÁ-LO**, o descumprimento desta exigência acarretará a **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta.

3.1.2. A proposta deve atender às especificações constantes do Termo de Referência.

3.1.2.1. Após finalizada a fase de lances, o licitante deverá encaminhar a planilha de formação de preços, podendo utilizar o modelo anexo do termo de referência ou seu próprio modelo.

3.1.3. O prazo de validade da proposta será de, **no mínimo, 60 (sessenta) dias** contados de sua abertura;

3.1.3.1. Em caso de propostas omissas quanto aos prazos serão considerados os previstos neste instrumento.

3.2. Até a abertura da sessão deste Pregão os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.3. A fase de recebimento das propostas e documentos de habilitação será encerrada automaticamente, na data e horário previstos para a abertura das mesmas.

3.3.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema

3.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

3.4.1. A identificação deve ser **exclusivamente** do produto ofertado, podendo ser feita diretamente na

descrição no sistema **ou** através de anexo (informações adicionais), vedada em todo caso a identificação da empresa.

3.4.2. A empresa que não apresentar **nenhuma descrição** do serviço ou material ofertado será **desclassificada**.

3.4.3. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, com exceção às hipóteses do § 1º, do art. 57 da Lei 8.666/93.

4.0 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS E DA PROPOSTA

4.1. O critério de aceitabilidade dos preços é unitário. Os preços unitário e global somente serão aceitos quando não superiores aos estimado no preço de referência, o que será aferido após finalizada a fase de lances ou negociação;

4.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas antes da fase de lances, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, em especial as que:

- a) não contenham descrição do objeto ofertado;
- b) contenham erro manifesto por terem sido formuladas em licitação ou em lote diverso.

4.3. Não serão aceitos preços que ofereçam vantagens baseadas nas ofertas dos demais concorrentes, os excessivos ou os inexequíveis;

4.3.1. O ônus da prova da exequibilidade do preço incumbe ao autor da proposta, no prazo de 05 (cinco) dias contados da intimação.

4.4. Após a fase de lances o pregoeiro analisará a proposta da vencedora, desclassificando aquelas que não atenderem ao estabelecido neste edital e, em especial, aos critérios de aceitabilidade aqui dispostos.

4.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.0 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. Na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, a sessão pública na *Internet* será aberta por comando do Pregoeiro designado com a utilização de sua chave de acesso e senha e será conduzida de acordo com as disposições do Decreto 10.024/2019.

5.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horários limites estabelecidos.

5.3. O sistema de licitações poderá ser acessado diretamente no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

5.4. Para participar deste pregão eletrônico, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno

cumprimento dos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital.

5.4.1. A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas neste instrumento convocatório.

5.5. A comunicação entre o Pregoeiro e as **LICITANTES** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.6. Cabe à **LICITANTE** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço por ITEM** na forma cadastrada no sistema.

6.1.1. Antes da fase de lances, serão desclassificadas as propostas que não atendam ao disposto nos critérios de aceitabilidade dos preços e da proposta deste edital, conforme artigo 28 do Decreto n.º10.024/2019.

6.1.2. Também resultará na desclassificação da proposta, após a fase de lances e/ou negociação, a permanência do valor total do produto para este certame acima do valor de referência previsto para o respectivo item ou lote, conforme especificado no **ANEXO II - Preços de Referência**.

6.2. O fornecedor apto à aplicação da **DIREITO DE PREFERÊNCIA** estabelecido no art. 5º do **DECRETO N.º 7.174/2010** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, durante a fase de cadastramento das propostas, se o produto ofertado atende os requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º do Decreto retro, quais sejam:

6.2.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;Devi

6.2.2. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.2.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no **item 6.2** terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas na mesma situação.

6.4. A declaração falsa sujeitará o fornecedor às sanções previstas neste edital e na legislação brasileira.

6.5. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na *internet*.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7.1. Em caso de propostas omissas quanto aos prazos, serão considerados para efeito de julgamento os prazos previstos no edital.

7.0 – DA ETAPA DE LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. Os licitantes serão imediatamente informados do recebimento do lance e do valor consignado no respectivo registro.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste instrumento.

7.4. Os licitantes somente poderão oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE.**

7.7. Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa, **prevalecendo aquele constante no preâmbulo deste edital:**

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

7.7.1. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.8. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.8.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.8.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto n.º 10.024/2019, mediante justificativa.

7.9. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

7.9.1. Encerrado o prazo previsto no **item 7.9**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.9.2. Encerrado o prazo de que trata o **subitem 7.9.1**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 7.9.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.9.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 7.9.2 e 7.9.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.9.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 7.9.2 e 7.9.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 7.9.4..

7.9.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 7.9.5.

7.10. O exercício do direito de preferência disposto no Decreto Federal nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

7.10.1. Aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006;

7.10.2. Aplicação das regras de preferência previstas no art. 5º do Decreto Federal nº 7.174/2010, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até **10% (dez por cento)** acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de

preferência;

7.10.3. Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I do art. 5º do Decreto Federal nº 7.174/2010, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

7.10.4. Caso a preferência não seja exercida na forma do subitem 7.10.3, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do art. 5º do Decreto Federal nº 7.174/2010, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do art. 5º, caso esse direito não seja exercido; e

7.10.5. Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.10.6. No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta.

7.11. A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto Federal nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e, será feita:

7.11.1. Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

7.11.2. Por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

7.12. Para os efeitos do art. 44 da lei complementar 123/2006, o procedimento de **empate** será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrada a disputa, o sistema permitirá que as microempresas e empresas de pequeno porte que se encontram em situação de empate ofertem novo lance, em 5 minutos, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do lote. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e também para toda a sociedade.

7.13. Para declarar uma **ME** ou **EPP** vencedora da disputa, o Pregoeiro verificará a regularidade fiscal da **ME** ou **EPP** e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado a **ME** ou **EPP** prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a devida regularização prorrogáveis por igual período. Assim, a declaração do vencedor no Sistema deve ser efetivada somente após essa verificação visto que, **declarado o vencedor**, o Sistema abre a opção para **recurso**.

7.14. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43, da Lei Complementar n.º 123 de 2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

7.15. Na hipótese da não classificação de **ME** ou **EPP**, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada na sala de disputa.

7.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.17. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.18. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelos participantes.

7.21. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível, quando formulado por erro de digitação.

7.22. O pregoeiro poderá utilizar os recursos de **disputa simultânea** para dar maior celeridade ao certame.

7.23. Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada que será divulgada no sistema eletrônico.

8.0 – DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO POREMAIL:

8.1.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital e verificará a habilitação do licitante. A empresa classificada em primeiro lugar de cada item ou grupo deverá **enviar** a proposta e, se necessário, os documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet e, **caso queira, também através do email** pregoeiro@jfce.jus.br, **no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, após finalizada a disputa, prorrogável a critério do Pregoeiro.**

8.1.2. A prorrogação de que trata o item 8.1.1 será concedida sempre que não houver urgência na contratação e o aumento do prazo não cause prejuízo à Administração.

8.1.3. A prorrogação do prazo do item **8.1.1** não ultrapassará o **limite de 1 dia útil**, salvo no caso de serviços de maior complexidade, especialmente os que envolvam planilhas de categorias profissionais ou obras e serviços de engenharia, quando o pregoeiro fixará prazo razoável.

8.1.4. Apenas para efeitos do **item 8.1.1** o prazo se **suspenderá no final do expediente** às 17h e será retomado a partir das 9h do dia útil seguinte.

8.2. Os documentos remetidos por meio eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.2.1. Os **originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao PREGOEIRO** da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ, Ed. Raul Barbosa, 8º andar, Seção de Licitações, situada a Praça General Murilo Borges, 01 – Centro, CEP: 60.035-210, Fortaleza/CE.

8.3. Havendo desclassificação da primeira colocada, as empresas remanescentes serão convocadas na ordem de classificação para o envio da documentação, devendo ser respeitadas as mesmas condições dos itens anteriores.

8.4. A **NÃO ENTREGA** da documentação de habilitação ou proposta, quando solicitada, sujeitará a empresa às **PENALIDADES** previstas para **DESISTÊNCIA DE PROPOSTA**, conforme a Lei n.º10.520/2002.

8.5. É obrigação da empresa acompanhar no sistema o andamento dos prazos e a respectiva convocação para enviar os documentos.

9.0 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO.

9.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, verificando, em seguida, a habilitação da licitante conforme disposições deste instrumento.

9.2. O Pregoeiro não aceitará proposta com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

9.3. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4. Constatado o pleno atendimento das condições editalícias, a proponente será declarada vencedora do certame.

9.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.6. O Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar à instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.7. Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, ou na hipótese de exercício da prerrogativa de efetuar o lance de desempate previsto Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.

9.7.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

10.0 - DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1. Para fins de **HABILITAÇÃO** os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Documentos de habilitação jurídica;
- b) Documentos de regularidade fiscal;
- c) Documento de regularidade trabalhista;
- d) Documento de qualificação técnica;
- f) Documentos de qualificação econômico-financeira.

10.2. Os documentos relativos à **Habilitação jurídica** são:

10.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual ou EIRELI;

10.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as suas alterações, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal** são:

a. Comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**;

b. Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional** através de certidão emitida pela Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**Tributos Federais, Dívida Ativa e Contribuições**

Previdenciárias);

c. Prova de regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviços**, através da apresentação do certificado emitido pela Caixa Econômica Federal;

d. Prova de regularidade com as **Fazendas Estadual e Municipal**, do domicílio ou sede da empresa licitante correspondente.

10.3.1. As **microempresas e empresas de pequeno** porte deverão apresentar **toda a documentação** exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

10.3.2. No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da LC n.º 123, de 2006, com vista à contratação, de acordo com o disposto neste Edital.

10.3.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da LC n.º 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ARP ou contrato, conforme o caso, ou revogar a licitação.

10.3.4. Os documentos previstos no **item 10.3.** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por **Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, conforme Instrução Normativa n.º 1, de 23 de abril de 2014 do Diretor-geral da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

10.4. O documento relativo à **Regularidade Trabalhista** é:

10.4.1. **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão (www.tst.jus.br/certidao).

10.5. Os documentos relativos à **Qualificação Técnica** são:

10.5.1 - Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para fornecimento dos equipamentos, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme subitem abaixo:

10.5.1.1 - Para fim de verificação de semelhança de característica em relação ao objeto deste Termo de Referência, este atestado deverá vincular-se ao fornecimento de notebooks conforme

quadro abaixo e de acordo com o permissivo contido nos §§1º, 2º e 3º, do art. 30, da Lei nº. 8.666/1993:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA NOS ATESTADOS |
|------|---------------------------|---|
| 1 | Fornecimento de Notebooks | 57 |
| 2 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 3 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 4 | Fornecimento de Notebooks | 4 |
| 5 | Fornecimento de Notebooks | 1 |
| 6 | Fornecimento de Notebooks | 1 |
| 7 | Fornecimento de Notebooks | 47 |
| 8 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 9 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 10 | Fornecimento de Notebooks | 23 |
| 11 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 12 | Fornecimento de Notebooks | 3 |

10.5.1.2. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação do fornecimento, o nome e cargo do declarante.

10.5.2. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

10.5.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a atividades de fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.5.4. - Os atestados devem ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo no mínimo: nome, cargo, e-mail, telefone do responsável que assina o documento; nome comercial, CNPJ, endereço da pessoa jurídica de direito público ou privado; devem, ainda, indicar o período e local em que se deu o fornecimento, cuja experiência está sendo atestada.

10.5.5. – Será permitido o somatório de atestados para fins da comprovação exigida.

10.5.6. - Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

10.5.7. - Se não constarem nos atestados, a licitante deverá encaminhar a JFCE a lista de telefones de contatos dos responsáveis pela emissão do certificado para futuras averiguações.

10.6. Os documentos relativos à **Qualificação Econômico-financeira** são:

10.6.1 – Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente prego, se outro prazo não for definido na própria certidão.

10.6.1.1 - Caso a certidão negativa de falência e recuperação judicial contenha prazo de validade expresso, só serão aceitas as certidões cujo prazo de validade esteja vigente.

10.6.1.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, **da Lei Federal nº 11.101/2005, com redação dada pela Lei Federal n.º 14.112, de 24 de dezembro de 2020, e ainda, certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos do Acórdão n.º 1201/2020 – Plenário do TCU**, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.6.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

10.6.2.1 – Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

i) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

i.1. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

ii) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

ii.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

ii.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

iii) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

iii.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

iii.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

iv) sociedade criada no exercício em curso:

iv.1. Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

v) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **serão consideradas em boa situação financeira as empresas que apresentarem os respectivos índices maiores ou iguais a 1(um)**, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

a.1) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a.2) se necessária à atualização do balanço, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

10.6.3 – Em caso de não atingimento dos índices contábeis previstos no subitem 10.6.2.1, e caso a licitante apresente capital social ou patrimônio líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, poderá, de forma alternativa, ser considerada cumprida a exigência de **índices maiores ou iguais a 1 (um)**.

10.6.3.1. O disposto nesse item será aferido de modo alternativo ao estabelecido no **10.6.2.1**.

10.7. Será verificado, ainda, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante consulta ao:

10.7.1. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

10.7.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

10.7.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

10.7.4. Cadastro de inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

10.8. A LICITANTE detentora do menor preço, em situação regular ou não no SICAF, deverá, ainda, apresentar a seguinte DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.8.1. Declarações Complementares (preenchidas de forma virtual, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.com.br):

a) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de sua habilitação, conforme regulamentação constante da IN/MARE n.º 05/95, com alterações da IN/MARE n.º 09/96, nos termos do § 2º, do art. 32, da Lei n.º 8.666/93, observadas as penalidades cabíveis.

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

c) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com a Instrução Normativa n.º 2/SLTI/MPOG, de 16/09/09.

10.9. PARA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS:

10.9.1. As sociedades cooperativas que acudirem ao certame, além de atender ao disposto **nos itens e subitens anteriores, no que couber**, deverão apresentar os documentos que se seguem:

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971; e

g) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

g.1. ata de fundação;

g.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

g.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, coma ata da assembleia que os aprovou;

g.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

g.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

g.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

10.9.2 - Quando da contratação de cooperativas ou instituições sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos cooperados, no caso de cooperativa (§2º do art. 10 da IN nº 05/2017 – SEGES/MPDG), ou pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição sem fins lucrativos (Art. 12 da IN 05/2017 – SEGES/MPDG), vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação para os dois casos.

10.10. Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.

11.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos exigidos neste procedimento poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cotejada com os originais para os mesmos fins acima mencionados.

11.1.1. Os documentos obtidos através de *sites* terão sua autenticidade verificada, via *Internet* e certificada pelo Pregoeiro ou extraído o respectivo comprovante, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

11.2. Os *sites* oficiais poderão ser consultados para efeito de comprovação da regularidade fiscal de documento.

11.3. Serão inabilitados os licitantes que não cumprirem as exigências deste edital para tal fim.

11.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também,

para pagamento das mensalidades, se for o caso):

11.4.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

11.4.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

11.4.3. se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, e

11.4.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.5. Nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 23 de abril de 2014 do Diretor-geral da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor deve ser realizada:

I – na fase de habilitação;

II - na assinatura do contrato;

III – na assinatura do termo aditivo;

IV – antes da emissão da nota de empenho inicial da contratação, quando não houver termo de contrato;

e

V – por ocasião de cada liquidação de despesa, nos contratos de execução continuada ou parcelada.

11.5.1. O momento da liquidação, para efeitos de aplicação do inciso V, se dá por ocasião da data da aposição do atesto pelo servidor responsável pelo recebimento do objeto.

12.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, de, no mínimo, 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, para qualquer **LICITANTE**, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer.

12.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.3. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, **em campo próprio do sistema**, no prazo de **03 (três) dias**, ficando as demais **LICITANTES**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, **também via sistema**, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Decorridos esses prazos, o Pregoeiro terá o prazo de **05 (cinco) dias** para decidir sobre o recurso. Caso entenda pela manutenção de sua anterior decisão, encaminhará o recurso à autoridade competente.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à **LICITANTE VENCEDORA**.

12.4.1. A falta de apresentação das razões de recurso, **em campo próprio do sistema**, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à **LICITANTE VENCEDORA**.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade superior, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.8. Os autos eletrônicos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações, no endereço citado no preâmbulo deste Edital.

13.0 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO, DA EQUIPE DE APOIO E DA AUTORIDADE COMPETENTE.

13.1. Caberão ao Pregoeiro, em especial, as atribuições dispostas no art. 17, do Decreto Federal n.º 10.024/2019:

- I - conduzir a sessão pública;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

13.1.1. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.2. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

13.3. À Autoridade Competente da JFCE caberá:

I - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

13.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

13.5. No julgamento das propostas, nas fases de lances e de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. É responsabilidade da **CONTRATADA** a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos e em sua Proposta Técnica e Comercial, além das constantes dos artigos 55 inciso XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei n.º 8.666/93, assumindo-as integralmente.

14.2. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além da constante do art. 66 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no **ANEXO I - Termo de Referência e/ou ANEXO V - Minuta do Contrato** deste Edital

15.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas relacionadas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

15.2 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do artigo 66 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no **ANEXO I - Termo de Referência e/ou ANEXO V – Minuta do Contrato** deste Edital.

16.0 – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

16.1. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, além do disposto no inciso XIV do art. 40 da Lei n.º 8.666/93 e das especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência e/ou Anexo V - Minuta de Contrato**, que integram o presente edital.

16.2 Em caráter excepcional, poderá ser realizado o **pagamento antecipado, total ou parcial, do valor contratual**, sob a condição suspensiva do futuro cumprimento regular de todas as obrigações contratuais, e considerando a complexidade do objeto e o montante de recursos envolvidos, nos termos da Orientação Normativa n.º 37, da Advocacia Geral da União – AGU, pelo cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- a) Justificativa da unidade responsável pelo recebimento do objeto, demonstrando o iminente prejuízo para a Administração, em caso de não adoção do rito de antecipação do desembolso financeiro;
- b) oferecimento de desconto de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor a ser antecipado, total ou parcial, por parte da Contratada;
- c) comprovação de execução parcial ou do início da execução do objeto (se for o caso);
- d) comprovação de acompanhamento de mercadoria em trânsito (se for o caso);
- e) exigência de certificação do produto ou do fornecedor (se for o caso);
- f) prestação de garantia contratual, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, ou emissão de título de crédito, ambos no valor total antecipado, pela Contratada em favor da Administração contratante;

16.2.1. Realizado o procedimento de pagamento antecipado, a responsabilidade da Contratada convencionase como integral.

16.3. O pagamento antecipado, total ou parcial, do valor contratual, deve ser precedido de atesto condicional da despesa pela unidade técnica responsável pelo recebimento dos serviços ou materiais.

16.3.1 - Emissão de Termo de Compromisso expresso emitido pela Contratada no sentido de garantir a devolução do valor pago antecipadamente na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, devidamente atualizado com base da variação acumulada do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data do efetivo pagamento até a data da devolução, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, nos termos emitidos pela Administração Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Contrato, Ata de Registro de Preços ou Edital.

16.4. A justificativa e o atesto condicional, da unidade técnica responsável pelo recebimento, poderão ser substituídos por decisão da Diretoria Geral, onde deverão constar os mesmos elementos previstos nos instrumentos substituídos.

16.5. O órgão partícipe de Registro de Preços, gerenciado pelo TRF 5ª Região, poderá utilizar a excepcionalidade do pagamento antecipado, desde que cumpridas as condições acima estipuladas.

17.0 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1 - Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA apresentará garantia anual de 5% (cinco) por cento sobre o valor do contrato em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/1993, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura deste Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE;

17.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (dois por cento);

17.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

17.4 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

17.4.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

17.4.2 - Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.4.3 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.4.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.5 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

17.6 - A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação;

17.7 - A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem do CONTRATANTE;

17.8 - A garantia será considerada extinta:

17.8.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.8.2 - Após o prazo estabelecido no subitem 17.6, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

17.9 – A JFCE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.10 - Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme o art. 56 §4º, da Lei 8.666/1993;

18.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Os licitantes que descumprirem o estabelecido neste edital estarão sujeitos, sem prejuízo de outras cominações legais, às penalidades deste edital, conforme quadro abaixo:

| CONDUTAS: | SANÇÕES: |
|---|---|
| a) Não assinar o contrato ou ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta. | 1. Impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até cinco anos; 2. Descredenciamento do SICAF; e 3. Multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação. |
| b) Deixar de entregar documentação exigida no edital. | |
| c) Ensejar o retardamento da execução do objeto do edital. | |
| d) Não manter a proposta. | |
| e) Falhar ou fraudar na execução do contrato. | |
| f) Comportar-se de modo inidôneo. | |
| g) Fizer declaração falsa | |
| h) Cometer fraude fiscal | |

18.1.1. A qualquer das condutas previstas nas alíneas ‘a’ a ‘h’ poderão ser aplicadas, cumulativa ou alternadamente, qualquer das penalidades previstas nos **itens de 1 a 3**, graduando-se a sanção proporcionalmente à gravidade da conduta.

18.1.2. Para efeitos da alínea ‘d’, serão consideradas como não manutenção da proposta:

- a) não envio ou desistência expressa da proposta;**
- b) não envio dos documentos de habilitação no prazo estabelecido;**
- c) envio incompleto da documentação de habilitação no prazo estabelecido;**

d) envio de amostra em desconformidade com a sua própria proposta.

18.2. À licitante deverá **ASSINAR** a ata de registro de preços ou contrato, dentro do prazo de **CINCO DIAS ÚTEIS**.

18.2.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

18.2.2. O atraso injustificado na assinatura da ata de registro de preços ou do contrato ensejará a aplicação de penalidades na seguinte proporção:

a. do sexto ao décimo quinto dia útil após a convocação: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP ou contrato;

b. do décimo sexto ao trigésimo dia útil: multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP ou contrato;

c. a partir do trigésimo primeiro dia útil: multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da ARP ou contrato, bem como sua rescisão obrigatória.

18.2.3. A Administração decidirá a conveniência e a oportunidade de cancelamento da ata de registro de preços ou contrato, podendo convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 13, parágrafo único, Decreto n.º 7.892/2013.

18.2.4. A contagem do prazo se iniciará no primeiro dia imediatamente seguinte à data de entrega registrada no “AR” ou da data de recebimento do email pela empresa, conforme seja enviada pelos Correios ou por meio eletrônico.

18.3. As demais penalidades se encontram elencadas na minuta da ata de registro de preços ou no contrato, conforme o caso.

18.4. As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através de executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos seus encargos.

18.5. Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da fornecedora à penalidade de multa.

18.6. A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente a futura ata de registro de preços ou contrato.

18.7. Aplicar-se-ão as demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber.

18.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

19.0 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, exclusivamente para o endereço eletrônico *pregoeiro@jfce.jus.br*, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

19.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

19.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente para o endereço eletrônico *pregoeiro@jfce.jus.br*.

19.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no **prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do *link Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

19.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.8. Maiores esclarecimentos serão fornecidos na **sede da Justiça Federal no Ceará, situada na Praça General Murilo Borges, 01, Edifício Raul Barbosa – Seção de Licitações no 8º andar, Centro – Fortaleza/CE, CEP 60.035-210**, de 2ª a 6ª feira, no horário das 09:00 às 17:00 horas, ou através dos telefones (85) **3521.2625**.

20.0 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

20.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará as seguintes condições:

20.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

20.1.2. Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame,

excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 2093;

20.1.2.1. O anexo que trata o subitem acima consiste na ata de realização da sessão pública do pregão, que conterà a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

20.1.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

20.1.4. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

20.2. O registro a que se refere o subitem 20.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

20.2.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o subitem 20.1.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

20.2.1. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 20.1.2 será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do mesmo Decreto.

20.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contada da data da publicação da respectiva ata, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 2093.

20.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 2093.

20.5. O contrato/empenho decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado/emitido no prazo de validade da ata de registro de preços.

21.0 - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Após a homologação do resultado deste certame e regularmente convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cabe ao adjudicatário, e a todos os demais licitantes remanescentes que concordaram em assiná-la nas mesmas condições do primeiro colocado, fazê-lo no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da comunicação, sendo o exaurimento desse prazo considerado recusa, ensejando a decadência do direito à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

21.2. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos assim manifestarem tal desejo, registrado na ata da sessão, observando-se o seguinte:

21.2.1. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial da União e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

21.2.2. Quando das contratações decorrentes deste certame, será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata de Registro de Preços.

21.3. A assinatura da ata está condicionada à verificação das condições de habilitação consignadas neste edital;

21.3.1. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade

21.4. Poderá ser acrescida a futura contratação qualquer condição apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que pertinente e compatível com os termos deste edital;

21.5. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.0 - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à **JFCE** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

22.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **JFCE** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

22.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

22.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

22.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a **JFCE** da 5ª Região poderá:

22.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

22.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

22.4. Não havendo êxito nas negociações, a **JFCE** deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

22.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

22.5.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

22.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

22.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

22.5.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

22.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 22.5.1, 22.5.2 e 22.5.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

22.7.1. Por razão de interesse público; ou

22.7.2. A pedido do fornecedor.

23.0 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

23.1. Não será permitida a adesão (carona) por órgãos ou entidades não participantes

24.0 – DA PUBLICIDADE

24.1. O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019, no Diário Eletrônico e em meio eletrônico – www.jfce.jus.br – onde também será disponibilizada a íntegra deste instrumento convocatório.

25.0 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. O número do C.N.P.J. da Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará é **05.424.487/0001-53**;

25.1.1. As despesas decorrentes da execução deste certame correrão por conta do **Programa de Trabalho**

Julgamento de Causas (02.061.0033.4257.0001) - Ações de Informática - Plano Orçamentário 0010 (PTRES 168364), elemento de despesa 449052, conforme previsão orçamentária.

25.2. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos.

25.3. As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.4. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.

25.5. A critério da Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará, a presente licitação poderá ser:

- a) adiada, por conveniência exclusiva da Administração;
- b) revogada ou anulada, no todo ou em parte, nos termos do **art. 50 do Decreto nº. 10.024/2019**.

25.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances.

25.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

25.8. Este edital estará disponível no site www.jfce.jus.br ou www.comprasnet.gov.br. Demais informações sobre este certame na **Seção de Licitações da JFCE**, através dos telefones (85) **3521.2625/** 2716/2725 e fax (85) 3521.2633.

25.9.É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DAS LICITANTES A VERIFICAÇÃO SISTEMÁTICA DAS MENSAGENS E DECISÕES DO PREGOEIRO, LANÇADAS NO SISTEMA, EM ESPECIAL, PARA DECURSO DE PRAZO E/OU DESCLASSIFICAÇÃO.

Fortaleza, xx de xxxx de 2021.

FÁBIO CORREIA FORTE
Pregoeiro da JFCE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

| 1. ÁREA REQUISITANTE: | | Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI | | |
|---|--|--|---|--|
| 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO | | | | |
| Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição futura de notebooks conforme as especificações constantes neste Termo de Referência. | | | | |
| 3. JUSTIFICATIVA | | | | |
| O presente documento para aquisição de ativos de TI tem por finalidade a renovação do parque em 20%, conforme melhores práticas do PDTI e conseqüentemente o atendimento das necessidades da Administração e das Varas Federais desta Seccional, bem como a implantação de parte do planejamento desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação para a melhoria das condições de trabalho dos servidores das Seções Judiciárias envolvidas. É fato que as Seções Judiciárias expandiram-se consideravelmente nos últimos anos com o aumento do número de Varas Federais entre Justiça Comum e Juizados Especiais, o que elevou o grau de dificuldade para administração do ambiente computacional e atendimento às novas demandas de clientes-usuários. Para exemplificar, a rede de computadores da JFCE está distribuída em dois prédios em Fortaleza, mais um Juizado Especial no prédio da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 09 (nove) Subseções no interior do Estado do Ceará e região metropolitana de Fortaleza. | | | | |
| 3.1. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">Melhorar o desempenho das atribuições dos servidores e magistrados desta Seccional, otimizando processos e julgamentos;Garantir maior segurança e confiabilidade aos servidores e magistrados. | | | | |
| 4. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO | | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Bem | | <input type="checkbox"/> Serviço | | |
| 5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | | | | |
| 5.1. Considerações Gerais | | | | |
| Conforme explicitado na justificativa deste Termo de Referência, os equipamentos em questão são de extrema importância para o desempenho das atividades essenciais dos servidores e magistrados das Seccionais envolvidas. | | | | |
| 5.2. Requisitos Internos | | | | |
| ID | BEM/SERVIÇO | QTD. | Requisitos Técnicos | Resultados a serem Alcançados |
| 1 | Notebook Código Comprasnet: 98191 | 120 | O equipamento deverá possuir as seguintes especificações: 1. SOFTWARES - Sistema operacional Microsoft WINDOWS 10 PRO 64 bits ou superior, em português do Brasil; - O modelo do equipamento deve constar a lista de Hardware Compatível da Microsoft (HCL); - A licença de uso (product key) do mesmo deve ser fixada em local visível ou gravada na memória flash da BIOS, possibilitando a leitura quando feito a reinstalação do Sistema Operacional. As licenças dos sistemas operacionais devem ser válidas para versões 64 bits. O sistema deve ser devidamente instalado e deve ser fornecida mídia para futura reinstalação padrão de fábrica; - A mídia poderá ser por lote de compra. Drivers disponibilizados em CD/DVD ou disponíveis no site do fabricante; 2. PROCESSADOR - Processador de última geração disponível na linha de equipamentos | Disponibilidade dos equipamentos para restabelecimento dos serviços, caso seja necessário. |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>oferecida;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve atingir índice de, no mínimo, 6900 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php ; - Deve possuir TDP de até 35W; - Arquitetura 64bits. <p>3. MEMÓRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mínimo de 16 (dezesesseis) Gbytes de RAM LPDDR3 ou LPDDR4 ou DDR4; - Frequência de 3200 MHz ou superior; <p>4. PLACA MÃE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementar padrão ACPI 2.0 ou superior; - Deve possuir controle automático para evitar superaquecimento. <p>5. ENTRADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir no mínimo: - Duas entradas USB type-A 3.0 ou superior; - Uma entrada USB type-C Gen 2 ou superior; <p>6. CÂMERA DE VÍDEO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuir câmera (webcam) integrada ao equipamento de no mínimo 720p. <p>7. INTERFACE DE SOM</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interface de som de no mínimo 16 bits; - Alto falante estéreo integrado; - Botão de volume de áudio, incluindo a opção de combinação de teclas; - Entrada combinada para microfone/fone de ouvido. <p>8. SAÍDA DE VÍDEO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 (uma) saída HDMI ou DisplayPort com adaptador; - Serão aceitas as interfaces mini HDMI e mini DisplayPort, desde que fornecidos os devidos adaptadores para a versão HDMI full. <p>9. INTERFACE DE REDE SEM FIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interface wireless integrada; - Compatível com padrões 802.11ax, em 2.4Ghz e 5.0 GHz, com certificação de homologação da ANATEL para dispositivo sem fio, comprovada por meio da respectiva etiqueta afixada ao equipamento, com validade vigente; - Interface Bluetooth 5 ou superior (integrada). <p>10. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de no mínimo 512GB; - Tecnologia Solid State Drive (SSD) ou M.2; - Suporte a S.M.A.R.T. (SelfMonitoring, Analysis and Reporting Technology); - Velocidade de leitura e gravação sequencial de pelo menos 1300MB/s. <p>11. ADAPTADOR DE VÍDEO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Placa de vídeo integrada ou dedicada com, no mínimo, 2GB GDDR5; - Compatibilidade Microsoft Direct X 12 ou superior e Open GL 4.3 ou superior. <p>12. MONITOR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tela com tecnologia LED de 14" widescreen; - Deve possuir tratamento anti-reflexivo; - Resolução Full HD de pelo menos 1920 x 1080 em 16 milhões de cores ou superior. <p>13. TECLADO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para língua Portuguesa Brasil (ABNT2), integrado; - A impressão das teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado; - Deve possuir proteção contra derramamento de líquidos; - Deve possuir teclas de funções (F1-F12) na parte superior; - Deve ser constituído de estrutura firme de forma que ao ser pressionada uma tecla as demais do teclado não sofram movimento ou o teclado empene. <p>14. APONTADOR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dispositivo apontador tipo Touchpad multi touch com suporte ao "Touchpad gestures for Windows 10". <p>15. BATERIA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve possuir tecnologia de carregamento rápido. - Bateria com duração mínima de 480 minutos no teste MobileMark 2018. - Não serão aceitas extensões de bateria ou bateria auxiliar. <p>16. ALIMENTAÇÃO</p> | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <p>-Fonte de alimentação acompanhada de adaptador externo com chaveamento automático, suportando as tensões de entrada de 110/220v;</p> <p>-Os cabos elétricos, quanto aplicáveis, devem seguir a norma NBR 14136.</p> <p>17. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS</p> <p>-Deve ser fornecida maleta ou mochila compatível com o tamanho do equipamento que comporte o carregamento de todos os dispositivos integrantes do equipamento;</p> <p>-Peso máximo do equipamento com bateria: 1,55 kg;</p> <p>-A placa mãe deverá ter total suporte às funções de memória, processador e disco descritos neste Termo, comprovado por documentação do fabricante;</p> <p>-Compatibilidade com o padrão DMI 2.0 (Desktop Management Interface) ou mais recente da DMTF (Desktop Management Task Force);</p> <p>-Possuir a capacidade de inventário remoto de hardware;</p> <p>-Devem acompanhar o equipamento na entrega manuais técnicos do usuário e de referência, originais, em português do Brasil ou inglês, contendo todas as informações sobre os produtos e suas funcionalidades com as instruções para instalação, configuração, operação das funcionalidades e administração do equipamento, confeccionados pelo fabricante, podendo ser em meio físico ou digital (não serão aceitos manuais em outro idioma traduzidos pelo licitante, impressão de páginas de ajuda ou site, cópias ou qualquer outro tipo de documento que não seja o adotado e reconhecido pelo fabricante para a comercialização do equipamento no Brasil).</p> <p>18. CERTIFICAÇÕES</p> <p>-Deve ser compatível com a diretiva europeia RoHS. Comprovação através do catálogo do produto;</p> <p>-Aderência a Portaria 170/12 do INMETRO, sendo aceitas normas equivalentes internacionais.</p> <p>19. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL:</p> <p>-Deve ser entregue certificação, obedecendo a norma do INMETRO (Portaria nº 170/2012) incluindo relatório de avaliação e ensaios para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IEC 60950, IEC 61000; <p>-Será certificado Inmetro Similar para atendimento das certificações, desde que comprovado a similaridade;</p> <p>-O microcomputador deve estar em conformidade com a norma ISO 9296, testado de acordo com a ISO 7779, quanto à emissão de ruídos;</p> <p>-O modelo de microcomputador deve estar em conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances), isto é, ser construído com materiais que não agredem o meio ambiente;</p> <p>-O modelo do microcomputador ofertado deverá ser registrado no EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria Silver comprovando que o microcomputador atinge as exigências para controle do impacto ambiental em seu processo de fabricação;</p> <p>-O modelo de microcomputador deve estar em conformidade com o padrão Energy Star para eficiência de consumo elétrico; A marca e modelo do equipamento ofertado deverá estar incluso na página www.energystar.gov;</p> <p>-Os microcomputadores devem ser entregues com recursos de economia de energia habilitado, tais como: retenção energética, otimização das políticas energéticas, programação da alimentação e desativação de dispositivos.</p> <p>20. OUTROS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar no site do fabricante o manual de serviço do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com fornecimento do(s) link(s) em uma declaração por escrito e/ou fornecimento impresso dos manuais; - Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração; - Deverá comprovar, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação, através de catálogos, folders e/ou outros comprovantes, apontado a página do documento onde consta a comprovação do solicitado; - Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. - O licitante garante que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação durante a validade do registro de preço. Sendo permitido a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto. <p>21. GARANTIA</p> | |
|--|--|--|--|

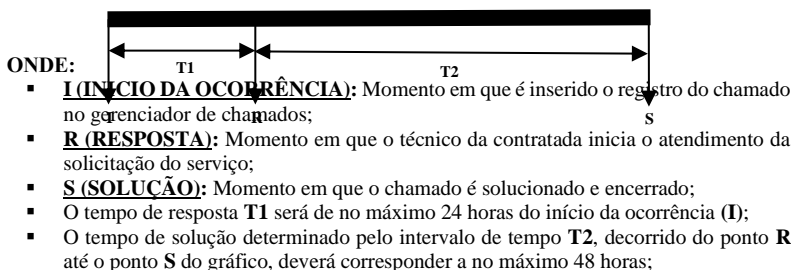
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
 SEÇÃO DE LICITAÇÕES

- O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação única para a abertura dos chamados;
- Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus a contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados onde se encontram (*onsite*), no próximo dia útil ao de abertura do chamado junto a Contratada;
- Os equipamentos devem possuir garantia do fabricante por um período mínimo de **36 (trinta e seis) meses**. Comprovado através de Declaração do Fabricante, que será entregue juntamente com a proposta.

22. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- A modalidade do atendimento da assistência técnica deverá observar o horário de funcionamento da Justiça Federal no Ceará, que, atualmente, é de 09:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta feira;
- O atendimento técnico aos equipamentos especificados deverão ser feitos “*on site*”, nos endereços descritos abaixo e conforme seja solicitado na abertura do chamado:
 - Fortaleza - Edifício Sede: (85) 3521-2794 ou (85) 3521-2596, no seguinte endereço Praça Murilo Borges, s/n, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ed. Raul Barbosa, 7º andar, Centro – CEP 60.035-210
- A abertura de chamados deverá ter atendimento imediato, via tele-suporte ou outro meio eficaz, devendo ser disponibilizado o acompanhamento via Internet; E-mail; telefone, efetuando-se o respectivo registro com n° de protocolo;
- A Assistência Técnica deverá disponibilizar número telefônico 0800 (ou equivalente ao serviço gratuito) e serviço WEB ou e-mail (em português), para registro do chamado técnico.
- O prazo para solução do problema deverá levar em consideração o previsto no gráfico abaixo:

LINHA DE TEMPO PARA CHAMADOS TÉCNICOS



- Na impossibilidade de solução definitiva do problema no prazo estabelecido, obriga-se a licitante a disponibilizar para uso imediato, nas instalações do órgão/entidade, outro item de características iguais e/ou superior ao que está sendo objeto da manutenção;
- Caso o disco rígido apresente defeitos será substituído por um disco novo, sendo que o disco defeituoso deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.
- As peças e componentes de substituição deverão ter especificação igual ou superior à peça a ser substituída.
- As peças e componentes de substituição deverão ser novos (não utilizados ou recondicionados), e homologados pelo Fabricante.
- Caso seja impossível a substituição dos equipamentos, componentes, materiais ou peças por outras que não as que compõem o item proposto, esta substituição obedecerá ao critério de compatibilidade, que poderá ser encontrado no site do fabricante, através de equivalência e semelhança, e só poderá ser efetuada mediante expressa autorização por escrito do órgão/entidade, para cada caso particular. Caso o órgão/entidade recuse o equipamento, componente, material e ou peça a ser substituído, o licitante deverá apresentar outras alternativas, porém o prazo para solução do problema não será alterado.

5.3. RELAÇÃO DEMANDA X NECESSIDADE

| DEMANDA PREVISTA | QUANTITATIVO A SER CONTRATADO |
|------------------|-------------------------------|
| Notebook | 120 |

5.4. Requisitos Externos

| A aquisição deve estar de acordo com as seguintes normas / padrões / políticas: | |
|---|---|
| ID | REQUISITO |
| 1 | Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. |
| 2 | Instrução Normativa nº 04, de 12 de novembro de 2010. |

| |
|--|
| 6. VIGÊNCIA DO CONTRATO |
| 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93. |

| 7. MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS / FORNECIMENTO DE BENS | | | |
|--|-------------------|---|--|
| 7.1. Justificativa para Parcelamento do Objeto | | | |
| Não se aplica. | | | |
| 7.2. Metodologia de Trabalho | | | |
| ID Bem/Serviço | Código ComprasNet | Forma de Execução / Fornecimento | Justificativa |
| Notebook | 98191 | Aquisição direta através de processo licitatório. | Implantação de parte do planejamento desenvolvido por este NTI para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e substituição dos equipamentos obsoletos da Justiça Federal no Ceará. |

| 8. ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO | | | | |
|--|---|----------|----|---|
| 8.1. Papéis e Responsabilidades | | | | |
| ID | Papel | Entidade | ID | Responsabilidade |
| 1 | Supervisão da Seção de Suporte e Manutenção | NTI | 1 | Gestão do Contrato. |
| | | | 2 | Abertura, acompanhamento e encerramento de chamados relacionados à garantia dos equipamentos. |
| 8.2. Deveres e Responsabilidades da Contratante | | | | |
| ID | Dever / Responsabilidade | | | |
| 1 | Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas formas estabelecidas no Contrato. | | | |
| 2 | Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização do Contrato. | | | |
| 3 | Receber provisória e definitivamente o objeto nas formas definidas neste Termo. | | | |
| 4 | Comunicar à contratada qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que eventuais irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas. | | | |
| 5 | Prover a infraestrutura civil, elétrica e rede lógica necessária para o funcionamento dos equipamentos. | | | |
| 6 | Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa. | | | |
| 8.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada | | | | |
| ID | Dever / Responsabilidade | | | |
| 1 | Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento contratado, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fundamento no art. 70 da Lei nº 8.666/93. | | | |
| 2 | Fornecer os itens de acordo com o registrado, em boa qualidade, nas quantidades solicitadas, dentro dos padrões estabelecidos, e de acordo com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento com produto de má qualidade e fora dos padrões exigidos. | | | |
| 3 | Retirar a Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias a contar da comunicação efetivada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação. | | | |
| 4 | Trocar, às suas expensas, o equipamento que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação. | | | |
| 5 | Garantir o fornecimento de peças e componentes permitindo a continuidade dos serviços e utilização dos equipamentos durante a vigência da Garantia. | | | |
| 6 | Executar manutenção corretiva de acordo com a necessidade do equipamento, incluindo ajustes e substituição de peças, conforme termo de garantia. | | | |
| 7 | Efetuar a troca do equipamento, sem qualquer custo para a Justiça Federal do Ceará, quando da ocorrência de quebra ou defeito por três vezes pelo mesmo motivo ou cinco por motivos diversos, ocorrido dentro do prazo de garantia. | | | |

| | |
|----|---|
| 8 | Acatar as instruções e observações que emanem da Fiscalização da Contratante, refazendo, sem ônus, qualquer produto ou serviço em desacordo com o solicitado. |
| 9 | Manter, durante toda a vigência do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do procedimento licitatório. |
| 10 | Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor a ser contratado. |
| 11 | Encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, o nome do banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com número do CNPJ e Inscrição Estadual e Inscrição Municipal. |
| 12 | Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Órgão Gerenciador ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita. |

8.4. Formas de Acompanhamento do Contrato

| ID | Evento | Forma de Acompanhamento |
|----|---|---|
| 1 | Gerencia do controle de chamados relacionados à garantia dos equipamentos | Avaliar tempo de atendimento e de solução dos chamados relacionados a garantia, envolvendo troca de peças e/ou substituição dos equipamentos. |

8.5. Metodologia de Avaliação da Qualidade

| ID | Etapa / Fase / Item | Método de Avaliação |
|----|------------------------------------|---|
| 1 | Análise inicial das especificações | <ul style="list-style-type: none"> Os bens serão avaliados de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência; Na avaliação deverá levar em consideração, as seguintes informações: quantidade dos bens adquiridos, detalhamento das especificações e, caso ocorra divergências, especificar quais; Após a aprovação da avaliação técnica será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos Bens. |
| 2 | Análise final dos equipamentos | <ul style="list-style-type: none"> Após a análise inicial das especificações, serão realizados testes em todos os equipamentos. |

8.6. Níveis de Serviço

| ID | Etapa / Fase / Item | Indicador | Valor Aceitável |
|----|---|-----------|--|
| 1 | Tempo de Atendimento relacionado à garantia dos bens. | Horas | Máximo de 24 (vinte e quatro) horas para capital. |
| 2 | Tempo de Solução relacionado à garantia dos bens. | Horas | Máximo de 48 (quarenta e oito) horas para capital. |

8.7. Estimativa de Volume de Bens / Serviços

| ID | Código ComprasNET | Bem / Serviço | Qtde | Forma de Estimativa |
|----|-------------------|------------------------|------|---|
| 1 | 98191 | Aquisição de Notebooks | 120 | Renovação do parque em 20%, conforme melhores práticas do PDTI. |

8.8. Prazos e Condições

| ID | Etapa / Fase / item | Prazo / Condição |
|----|---|---|
| 1 | <p>A contratada deverá entregar os equipamentos até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.</p> <p>Se as especificações do produto entregue não corresponderem às exigidas no contrato, o mesmo será devolvido ao fornecedor para substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.</p> <p>Os equipamentos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e na embalagem original, estar em perfeitas condições de limpeza (interna e externa), de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como prontos para serem utilizados;</p> <p>Nos preços apresentados na proposta já devem vir acrescidos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (frete, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários, os quais correrão as expensas da Contratada.</p> | 45 (quarenta e cinco) dias |
| 2 | <p>O objeto contratado será recebido da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor ou Comissão, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações contratadas. Caso não haja | 05 (cinco) dias após o ATESTO da Nota Fiscal, que é realizado logo depois o recebimento definitivo do bem. |

| | | |
|--|---|--|
| | qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais. | |

8.9. Aceite, Alteração e Cancelamento

| ID | Condição de Aceite | |
|----|---|--|
| 1 | O aceite dos equipamentos está vinculado ao recebimento definitivo mediante atesto da nota fiscal/fatura. | |
| ID | Condição de Alteração | |
| 1 | Alterações de acordo com a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. | |

| ID | Condição de Cancelamento | |
|----|--|--|
| 1 | Cancelamento de acordo com a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. | |

8.10. Condições para Pagamento

| ID | Etapa / Fase / Item | Indicador | Condição de pagamento |
|----|--|-----------|---|
| 1 | O recebimento e a aceitação do objeto deste Termo obedecerão ao disposto no Art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável; | - | - |
| 2 | O objeto contratado será recebido da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> • Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor ou Comissão, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações contratadas. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento; • Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais; | Dias | 05 (cinco) após o ATESTO da Nota Fiscal, que é realizado logo depois o recebimento definitivo do bem. |

8.11. Garantia

| ID | Garantia | |
|----|--|--|
| 1 | Os bens objeto deste Termo terão garantia "on site" de 36 (trinta e seis) meses. | |

8.12. Propriedade, Sigilo e Restrições

| ID | Direito de Propriedade | |
|----|---------------------------------|--|
| 1 | Não se aplica. | |
| ID | Direito de Manutenção de Sigilo | |
| 1 | Não se aplica. | |
| ID | Restrição Adicional | |
| 1 | Não se aplica. | |

8.13. Mecanismos Formais de Comunicação

| | | |
|---------|------------------------------|---|
| 8.13.1. | Garantia: | Acionamento da garantia de equipamentos |
| | Emissor: | Contratante |
| | Destinatário: | Contratada |
| | Forma de Comunicação: | Central de atendimento do licitante com serviço 0800, email e através de portal destinado para abertura de chamados técnicos. |
| | Periodicidade: | Sob demanda |

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

| ID | Código ComprasNET | Bens / Serviços | Qtd | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|-------------------|-----------------|-----|----------------|-------------------------|
| 1 | 98191 | Notebook | 120 | R\$ 12.408,59 | R\$ 1.489.030,80 |
| TOTAL | | | | | R\$ 1.489.030,80 |

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Fonte de Recursos

| ID | Fonte (Programa / Ação) | Valor |
|----|-------------------------|-------|
|----|-------------------------|-------|



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

| TOTAL | | |
|-------------------------------|---|-------------|
| 11. SANÇÕES APLICÁVEIS | | |
| ID | Ocorrência | Sanção |
| 1 | Para as infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízo à Administração e que não mereça nenhuma das penalidades adiante elencadas. | Advertência |
| 2 | 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, até o limite de 20% (vinte por cento), por dia de atraso injustificado na entrega do produto; | Multa |
| 3 | 30% (trinta por cento) sobre o valor do item empenhado, para o caso de atraso injustificado superior a 30 dias, além de rescisão da respectiva Ata de Registro de Preços; | Multa |
| 4 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do equipamento, no caso de entrega de qualquer item que injustificadamente seja apresentado em desacordo com as especificações contidas na proposta; | Multa |
| 5 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do equipamento, nos casos de descumprimento dos prazos previstos para os serviços de atendimento e de garantia estabelecidos neste Termo de Referência; | Multa |
| 6 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor global registrado para o objeto deste Termo de Referência, nos casos de reincidência na aplicação de penalidades previstas nos itens anteriores, além de rescisão da respectiva Ata de Registro de Preços; | Multa |
| 7 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor global registrado, nos demais casos que envolvam a inexecução total ou parcial das condições pactuadas e obrigações assumidas no Registro de Preços e que resultem em nítido prejuízo para a Justiça Federal do Ceará, além de rescisão da respectiva Ata de Registro de Preços; | Multa |
| 8 | A aplicação das penalidades mencionadas neste item não constituirá óbice à aplicação cumulativa das penas previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei 8666/93; | |
| 9 | As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos; | |
| 10 | Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber; | |
| 11 | Se a Fornecedora ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução deste instrumento, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nesta ARP e das demais cominações legais. | |

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Proposta Técnica

12.1.1. Organização

A proposta deve apresentar a seguinte tabela, com os respectivos valores dos equipamentos a serem atendidos:

| ID | Código ComprasNET | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------|-------------------|-----------|-----|----------------|-------------|
| 1 | 98191 | Notebook | 120 | | |
| TOTAL | | | | | |

12.2. Qualificação Técnica

12.2.1. Requisitos de Capacitação e Experiência

| ID | Papel | ID | Requisitos |
|----|-------------------------------|----|--|
| 1 | Fornecimento dos equipamentos | 1 | Deverá apresentar, juntamente com a proposta técnica atestado de capacidade técnica, emitida por empresa de direito público ou privado, devendo conter |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | | informações que permitam o entendimento de que já forneceu equipamentos nos mesmos moldes ou superiores aos solicitados neste termo de referência. |
| | | 2 | Os documentos que comprovam as características aqui exigidas deverão ser entregues anexados à sua proposta, podendo também ser requerida apresentação posterior no momento do contrato e execução. |
| | | 3 | A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado. |
| | | 4 | Nos atestados/declaração deverão constar os dados cadastrais completos da pessoa jurídica e responsável pela emissão do atestado. |
| | | 5 | Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringir o princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica. |

12.2.2. Atestado de Capacidade Técnica

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA NOS ATESTADOS |
|------|---------------------------|---|
| 1 | Fornecimento de Notebooks | 57 |
| 2 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 3 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 4 | Fornecimento de Notebooks | 4 |
| 5 | Fornecimento de Notebooks | 1 |
| 6 | Fornecimento de Notebooks | 1 |
| 7 | Fornecimento de Notebooks | 47 |
| 8 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 9 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 10 | Fornecimento de Notebooks | 23 |
| 11 | Fornecimento de Notebooks | 3 |
| 12 | Fornecimento de Notebooks | 3 |

12.3. Critérios de Seleção

Caracterização da solução de Tecnologia da Informação

Os equipamentos a serem adquiridos serão feitos através de licitação obedecendo a Lei n.º 8666/93.

Licitação

| | | | |
|-----------------------|--|--------------|--|
| Modalidade: | | Tipo: | |
| Justificativa: | | | |

| ID | Critério Técnico de Habilitação | Justificativa | | |
|--------------|---|---------------|---|---------------|
| | | | | |
| ID | Critério Técnico Obrigatório | Justificativa | | |
| | | | | |
| ID | Critério Técnico Pontuável (para técnica e preço) | Pontuação | % | Justificativa |
| | | | | |
| TOTAL | | | | |

| ID | Critério de aceitabilidade de preços unitários e globais | | Justificativa |
|----|--|--------|---------------|
| | Mínimo | Máximo | |
| | | | |
| ID | Critério de Julgamento | | Justificativa |
| | | | |

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

| Integrante técnico | Integrante requisitante | Integrante Administrativo |
|--|---|---|
| <p>_____ David Pinto Soares Matrícula: 1842</p> | <p>_____ Guilherme Otávio Tavares de Lacerda Matrícula: 1209</p> | <p>_____ Robson de Jesus Gomes Matrícula: 1339</p> |
| Fortaleza-CE, 21 de setembro de 2021. | | |

APROVAÇÃO

Em atendimento ao art. 7º, § 2º, inciso I da Lei 8.666/93, chegam os autos do Procedimento Administrativo n.º ____ para aprovação do Termo de Referência/Projeto Básico para a aquisição/contratação de serviços _____ de _____. Considerando que o Termo de Referência/Projeto Básico ratificado pela Equipe de Planejamento da Contratação decorre dos estudos realizados com vistas à Análise de Viabilidade de Contratação, Plano de Sustentação, Estratégia da Contratação e Análise de Riscos, APROVO o documento em apreço nas estritas disposições apresentadas.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA ADMINISTRATIVA

RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO
Diretor da Secretaria Administrativa
 Matrícula: 910

Fortaleza-CE., 21 de setembro de 2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

ANEXO II - PREÇOS DE REFERÊNCIA

PA: 3246-85.2021

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|------------------|-------------------------|
| 1 | Unid | 114 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 1.414.579,26 |
| SUBTOTAL 1 | | | | | R\$ 1.414.579,26 |

JFCE - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|------------------|----------------------|
| 2 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 2 | | | | | R\$ 74.451,54 |

JFCE - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|------------------|----------------------|
| 3 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 3 | | | | | R\$ 74.451,54 |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|---|------------------|----------------|
| 4 | Unid | 9 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 111.677,31 |

| | |
|-------------------|-----------------------|
| SUBTOTAL 4 | R\$ 111.677,31 |
|-------------------|-----------------------|

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------------|---------------|
| 5 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 37.225,77 |
| SUBTOTAL 5 | | | | R\$ 37.225,77 | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------------|---------------|
| 6 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 37.225,77 |
| SUBTOTAL 6 | | | | R\$ 37.225,77 | |

JFAL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|-------------------------|------------------|
| 7 | Unid | 94 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 1.166.407,46 |
| SUBTOTAL 7 | | | | R\$ 1.166.407,46 | |

JFAL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------------|---------------|
| 8 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 8 | | | | R\$ 74.451,54 | |

JFAL - COTA ESPELHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
 SEÇÃO DELICITAÇÕES

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|------------------|------------------|
| 9 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 9 | | | | R\$ | 74.451,54 |

TRF5 - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--------------------|------|-----|---|------------------|-------------------|
| 10 | Unid | 46 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 570.795,14 |
| SUBTOTAL 10 | | | | R\$ | 570.795,14 |

TRF5 - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--------------------|------|-----|---|------------------|------------------|
| 11 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 11 | | | | R\$ | 74.451,54 |

TRF5 - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------------|------|-----|---|------------------|---------------------|
| 12 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | R\$ 12.408,59 | R\$ 74.451,54 |
| SUBTOTAL 12 | | | | R\$ | 74.451,54 |
| TOTAL DA DESPESA | | | | R\$ | 3.524.039,56 |

Fortaleza, 1 de setembro de 2021
 Herminia Lúcia Santos de Oliveira
 Setor de Pesquisa e Certame

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

À JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ

Senhor Pregoeiro,

| DADOS DA EMPRESA | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Razão Social: | |
| CNPJ(MF) | Inscrição Estadualn.º. |
| Endereço: | |
| Telefone: | Fax: (xx) |
| E-mail: | |
| Responsável Técnico: | |

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Pregão Eletrônico n.º 18/2021**, cujo objeto é **registro de preços** para eventual *aquisição de notebooks*, conforme as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|---|-------------------|-------------|
| 1 | Unid | 114 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| | | | | SUBTOTAL 1 | |

JFCE - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|---|-------------------|-------------|
| 2 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| | | | | SUBTOTAL 2 | |

JFCE - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
 SEÇÃO DELICITAÇÕES

| | | | | | |
|-------------------|------|---|---|--|--|
| 3 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 3 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 4 | Unid | 9 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 4 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 5 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 5 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 6 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 6 | | | | | |

JFAL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|

| | | | | | |
|-------------------|------|----|---|--|--|
| 7 | Unid | 94 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 7 | | | | | |

JFAL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 8 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 8 | | | | | |

JFAL - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 9 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 9 | | | | | |

TRF5 - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 10 | Unid | 46 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 10 | | | | | |

TRF5 - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|

| | | | | |
|----|------|---|---|--------------------|
| 11 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | |
| | | | | SUBTOTAL 11 |

TRF5 - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|---|-------------------------|-------------|
| 12 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| | | | | SUBTOTAL 12 | |
| | | | | TOTAL DA DESPESA | |

1 - Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, inclusive aqueles com o fornecimento de benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes, além das despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, se for o caso.

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3 - Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará, seja qual for o motivo.

4 - O prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2021.

5 - Declaro ciência de que Ata de Registro de Preços proveniente desta licitação terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação

6- Declaro que **examinei, minuciosamente, o pertinente Edital, seus Anexos**, e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive da Comissão de Licitação e/ou Pregoeiro, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

7- Declaro que no preço global ofertado estão incluídos todos os **benefícios e os custos diretos e**

indiretos que forem exigidos para prestação do objeto licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas.

8- Declaro, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal, conforme determinação contida no art. 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, com nova redação dada pela Resolução nº 09(06/12/2005).

9- Declaro que não será permitido qualquer espécie de interferência por parte da Contratante, por intermédio de seus agentes públicos, na gestão de recursos humanos da Contratada, especialmente na seleção de nossos profissionais afetos à prestação dos respectivos serviços.

10- Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____, Agência nº _____, Banco _____.

11- Declaro total conhecimento das condições presentes no ambiente onde os materiais serão entregues.

12 - Declaro que nossa empresa **é/não** é optante do SIMPLES NACIONAL.

13- O procurador da empresa, cujo CNPJ é _____, que assinará o Contrato, é o(a) Sr(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), (identidade), (CPF), (endereço), (telefones) e (e-mail).

Local, _____ de _____ de _____

Nome da Empresa
Nome do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/XXXX- JFCE

A **UNIÃO**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ**, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede na Praça General Murilo Borges, 01, Centro, CEP 60.035-210, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ sob n.º 05.424.487/0001-53, representada neste ato pelo(a) Diretor(a) da Secretaria Administrativa, **nos termos da Portaria n.º 23/2019**, da Direção do Foro - JFCE, nos termos do que dispõem a Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/02, com o Decreto Federal n.º 3.555, de 08/08/00, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**, com o Decreto Federal n.º 7.174, de 12/05/2010, com a Lei Complementar n.º 123, de 14/12/06 e suas alterações, com o Decreto Federal n.º 8.538, de 06/10/15, com o Decreto Federal n.º 7.892/2013 e suas alterações, e com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, resolve registrar os preços e demais condições resultados do **Pregão Eletrônico n.º 18/2021 – RP, Processo Administrativo n.º. 0003246-85.2021.4.05.7600**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e consoante as demais cláusulas que se seguem:

Ficam a seguir registrados os dados da empresa fornecedora:

Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone: XXXXXXXXXXXXXXXX

Representante: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
RG: XXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

1.1. Os preços registrados são os a seguir relacionados, conforme termo de referência:

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 1 | Unid | 114 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 1 | | | | | |

JFCE - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 2 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 2 | | | | | |

JFCE - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 3 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 3 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 4 | Unid | 9 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 4 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 5 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 5 | | | | | |

3º DN NAVAL - MARINHA DO BRASIL - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
 SEÇÃO DELICITAÇÕES

| | | | | | |
|-------------------|------|---|---|--|--|
| 6 | Unid | 3 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 6 | | | | | |

JFAL - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 7 | Unid | 94 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 7 | | | | | |

JFAL - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 8 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 8 | | | | | |

JFAL - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 9 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 9 | | | | | |

TRF5 - COTA PRINCIPAL

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|
|------|------|-----|----------------------------|----------------|-------------|

| | | | | | |
|--------------------|------|----|---|--|--|
| 10 | Unid | 46 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 10 | | | | | |

TRF5 - COTA RESERVADA

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|--------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 11 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 11 | | | | | |

TRF5 - COTA ESPELHO

| ITEM | UNID | QTD | DESCRIÇÃO DO BEM / SERVIÇO | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|-------------------------|------|-----|---|----------------|-------------|
| 12 | Unid | 6 | Notebook, tela de 14", SSD de 512GB, 16GB de RAM e o peso de até 1,55kg, conforme termo de referência | | |
| SUBTOTAL 12 | | | | | |
| TOTAL DA DESPESA | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DOS PREÇOS

2.1. O prazo de validade deste registro de preços será de doze meses, a contar da data de publicação.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. - A partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.4.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.4.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.4.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.4.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

3.4.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos **3.4.1**, **3.4.2** **3.4.4.** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente

comprovados e justificados:

3.5.1. por razão de interesse público; ou

3.5.2. a pedido do fornecedor.

3.6. Caberá a Justiça Federal no Ceará a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ADESÕES

Não será permitida a adesão (carona) por órgãos ou entidades não participantes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. Observar as penalidades constantes do ANEXO I - Termo de Referência e do ANEXO V - Minuta do Contrato, quando houver.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Observar as disposições constantes do ANEXO I - Termo de Referência e do ANEXO V - Minuta do Contrato, quando houver.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após aprovação do Diretor de Secretaria Administrativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, o gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao **NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, telefone 85 3521.2699 / 2731 / 2725.**

7.2. O endereço para correspondência eletrônica apresentado pela fornecedora será utilizado preferencialmente para as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente.

7.3. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins desta ata de registro de preços.

7.4. A contagem dos prazos se iniciará no dia imediatamente subsequente ao do recebimento do email.

Assim, por estarem as partes ajustadas, rubricam e assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ
SEÇÃO DELICITAÇÕES

Fortaleza, XX de XXXX de XXXX

PELO ÓRGÃO GERENCIADOR

PELA(S) FORNECEDORA(S)

XXXXXXXX

**Diretor(a) da Secretaria Administrativa
Procurador**

Testemunha

Nome:

CPF:

XXXXXX

Representante Legal

Testemunha

Nome:

CPF

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

ANEXO V - Minuta do Contrato

MINUTA CONTRATO N.º XX/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA, COMO CONTRATADA, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO SEI 3246-85.2021.4.05.7600.

A **UNIÃO FEDERAL**, através da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 05.424.487/0001-53, com sede instalada na Praça Murilo Borges, 01, Edifício Raul Barbosa, 6º andar, Centro, Fortaleza-Ce, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Diretora da Secretaria Administrativa, **Sra. RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO**, residente e domiciliada nesta Capital, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 23/2019 da Diretoria do Foro, publicada no Diário Eletrônico Administrativo nº 64.0/2019, de 4/04/2019, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por, **Sr.**, CPF nº, no uso de suas atribuições, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2021, realizado através do sistema de registro de preços, e conforme as disposições contidas na Lei 8.666/93, de 21/06/1993, e ainda mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

constitui objeto deste instrumento a aquisição de xxxxxx (.....) NOTEBOOKS, com garantia de 36 meses “on-site”,

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Para melhor caracterizar o presente Contrato, integram também este instrumento como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre Contratos Públicos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Ata de Registro de Preços nº XX/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES

As especificações dos equipamentos encontram-se detalhadas no Termo de Referência e na Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO PRODUTO

4.1 – A Contratada deverá entregar os equipamentos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho;

4.1.1 – Eventual atraso na entrega dos produtos deverá ser devidamente justificado pelo fornecedor, devendo a Administração acatar ou não essa justificativa;

4.2 – Os produtos deverão ser fornecidos conforme especificação marca/modelo e preço registrados;

4.3 – Se a especificação do produto entregue não corresponder às exigidas no contrato, o mesmo será devolvido ao fornecedor para substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

4.4 – Os equipamentos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagem original, estar em perfeitas condições de limpeza (interna e externa), de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como prontos para serem utilizados.

4.5 – Nos preços apresentados na proposta já devem vir acrescidos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (fretes, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários, os quais correrão as expensas da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DA ACEITAÇÃO

5.1 – O recebimento e a aceitação do objeto deste Termo obedecerão ao disposto no Art. 73, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

5.2 – O objeto deverá ser entregue no Edifício Sede da Seção Judiciária, situada na Praça Murilo Borges, 01, Centro, CEP 60.035-210, nesta Capital, no horário de expediente de 9 horas às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira, salvo quando ficar estipulado outro horário de entrega do produto, aos cuidados da Seção de Patrimônio, no 8º pavimento do edifício Raul Barbosa.

5.3 – O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- **Provisoriamente**, no ato da entrega por Servidor ou Comissão, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;
- **Definitivamente**, em **até 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

5.4 – O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Justiça Federal no Ceará.

5.5 – O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento contratado, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, com fundamento no art. 70 da Lei n.º 8.666/93;

6.2 – Fornecer os itens de acordo com o registrado, em boa qualidade, nas quantidades solicitadas, dentro dos padrões estabelecidos, e de acordo com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o fornecimento com produto de má qualidade e fora dos padrões exigidos;

6.3 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias a contar da comunicação efetivada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação;

- 6.4** – Trocar, às suas expensas, o equipamento que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação;
- 6.5** – Garantir o fornecimento de peças e componentes permitindo a continuidade dos serviços e utilização dos equipamentos durante a vigência da Garantia;
- 6.6** – Executar manutenção corretiva de acordo com a necessidade do equipamento, incluindo ajustes e substituição de peças, conforme termo de garantia;
- 6.7** – Efetuar a troca do equipamento, sem qualquer custo para a Justiça Federal do Ceará, quando da ocorrência de quebra ou defeito por três vezes pelo mesmo motivo ou cinco por motivos diversos, ocorrido dentro do prazo de garantia;
- 6.8** – Acatar as instruções e observações que emanem da Fiscalização da Contratante, refazendo, sem ônus, qualquer produto ou serviço em desacordo com o solicitado;
- 6.9** – Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do procedimento licitatório;
- 6.10** – Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor a ser contratado.
- 6.11** – Encaminhar, quando solicitado, via fax ou e-mail, o nome do banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com número do CNPJ e Inscrição Estadual e Inscrição Municipal.
- 6.12** – Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Órgão Gerenciador ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1.** Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas formas estabelecidas no Contrato;
- 7.2.** Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- 7.3.** Receber provisória e definitivamente o objeto nas formas definidas neste Termo;
- 7.4.** Comunicar à contratada qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que eventuais irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas;
- 7.5.** Prover a infraestrutura civil, elétrica e rede lógica necessária para o funcionamento dos equipamentos;
- 7.6.** Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

- 8.1.** O equipamento fornecido deverá possuir código de identificação única para a abertura de chamados;
- 8.2.** Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para a Contratante a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;
- 8.3.** Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados onde se encontram (on-site), no próximo dia útil ao de abertura do chamado junto a Contratada;
- 8.4.** Os equipamentos devem possuir garantia do fabricante por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, comprovado através de Declaração do Fabricante, que será entregue juntamente com a proposta.
- 8.5.** – O termo de garantia do equipamento deverá obrigatoriamente ser entregue no momento de entrega do equipamento, e valerá da data do recebimento definitivo, salvo outro momento mais adequado.

CLÁUSULA NONA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. A modalidade do atendimento da assistência técnica deverá observar o horário de funcionamento da Justiça Federal no Ceará, que, atualmente, é de 09:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta feira.

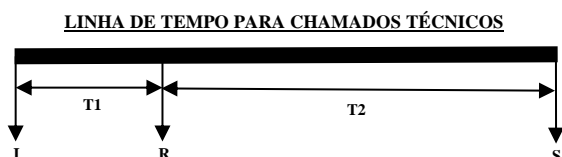
9.2. O atendimento técnico aos equipamentos especificados deverá ser feito “*on site*”, no endereço descrito abaixo e conforme seja solicitado na abertura do chamado:

9.2.1. Fortaleza - Edifício Sede: (85) 3521-2794 ou (85) 3521-2596, situado na Praça Murilo Borges, s/n, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ed. Raul Barbosa, 7º andar, Centro – CEP 60.035-210;

9.3. A abertura de chamados deverá ter atendimento imediato, via tele-suporte ou outro meio eficaz, devendo ser disponibilizado o acompanhamento via Internet; E-mail; telefone, efetuando-se o respectivo registro com nº de protocolo;

9.4. A Assistência Técnica deverá disponibilizar número telefônico 0800 (ou equivalente ao serviço gratuito) e serviço WEB ou e-mail (em português) para registro do chamado técnico.

9.5. O prazo para solução do problema deverá levar em consideração o previsto no gráfico abaixo:



ONDE:

- **I (INICIO DA OCORRÊNCIA):** Momento em que é inserido o registro do chamado no gerenciador de chamados;
- **R (RESPOSTA):** Momento em que o técnico da contratada inicia o atendimento da solicitação do serviço;
- **S (SOLUÇÃO):** Momento em que o chamado é solucionado e encerrado;
- O tempo de resposta **T1** será de no máximo 24 horas do início da ocorrência (**I**);
- O tempo de solução determinado pelo intervalo de tempo **T2**, decorrido do ponto **R** até o ponto **S** do gráfico, deverá corresponder a no máximo 48 horas para os atendimentos em Fortaleza e no máximo 72 horas para as demais Subseções Judiciárias.

9.6. Na impossibilidade de solução definitiva do problema no prazo estabelecido, obriga-se a Contratada a disponibilizar para uso imediato, nas instalações do órgão/entidade, outro item de características iguais e/ou superior ao que está sendo objeto da manutenção;

9.7. Caso o disco rígido apresente defeitos será substituído por um disco novo, sendo que o disco defeituoso deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.

9.8. As peças e componentes de substituição deverão ter especificação igual ou superior à peça a ser substituída.

9.9. As peças e componentes de substituição deverão ser novos (não utilizados ou reconicionados), e homologados pelo Fabricante

9.10. Caso seja impossível a substituição dos equipamentos, componentes, materiais ou peças por outras que não as que compõem o item proposto, esta substituição obedecerá ao critério de compatibilidade, que poderá ser encontrado no site do fabricante, através de equivalência e semelhança, e só poderá ser efetuada mediante expressa autorização por escrito do órgão/entidade, para cada caso particular. Caso o órgão/entidade recuse o equipamento, componente, material e ou peça a ser

substituído, a Contratada deverá apresentar outras alternativas, porém o prazo para solução do problema não será alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente contrato correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento da União do corrente exercício, estando classificadas no programa de trabalho **02.061.0569.4257.0001** e no elemento de despesa **4490.52**, Nota de Empenho nº, no valor de R\$

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

11.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$(.....).

11.2. No valor acima já devem vir acrescidos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (frete, seguros, etc.), tributos incidentes e outros que se fizerem necessários, os quais correrão as expensas da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

O valor contratado é irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. Em caráter excepcional, poderá ser realizado o pagamento antecipado, total ou parcial, do valor contratual, sob a condição suspensiva do futuro cumprimento regular de todas as obrigações contratuais, e considerando a complexidade do objeto e o montante de recursos envolvidos, nos termos da Orientação Normativa n.º 37, da Advocacia Geral da União – AGU, pelo cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- a)** Justificativa da unidade responsável pelo recebimento do objeto, demonstrando o iminente prejuízo para a Administração, em caso de não adoção do rito de antecipação do desembolso financeiro;
- b)** oferecimento de desconto de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor a ser antecipado, total ou parcial, por parte da Contratada;
- c)** comprovação de execução parcial ou do início da execução do objeto (se for o caso);
- d)** comprovação de acompanhamento de mercadoria em trânsito (se for o caso);
- e)** exigência de certificação do produto ou do fornecedor (se for o caso);
- f)** prestação de garantia contratual, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93, ou emissão de título de crédito, ambos no valor total antecipado, pela Contratada em favor da Administração contratante;

13.1.1. Realizado o procedimento de pagamento antecipado, a responsabilidade da Contratada convencionou-se como integral.

13.2 O pagamento antecipado, total ou parcial, do valor contratual, deve ser precedido de atesto condicional da despesa pela unidade técnica responsável pelo recebimento dos serviços ou materiais.

13.3. Emissão de Termo de Compromisso expresso emitido pela Contratada no sentido de garantir a devolução do valor pago antecipadamente na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, devidamente atualizado com base da variação acumulada do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde a data do efetivo pagamento até a data da devolução, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, nos termos emitidos pela

Administração Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Contrato, Ata de Registro de Preços ou Edital.

13.4. A justificativa e o atesto condicional, da unidade técnica responsável pelo recebimento, poderão ser substituídos por decisão da Diretoria Geral, onde deverão constar os mesmos elementos previstos nos instrumentos substituídos.

13.5. O órgão participe de Registro de Preços, gerenciado pelo TRF 5ª Região, poderá utilizar a excepcionalidade do pagamento antecipado, desde que cumpridas as condições acima estipuladas.

13.6 – O pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo, que se caracterizará pela aposição do “atesto” no respectivo documento fiscal de cobrança.

13.7 - Após o recebimento definitivo, o crédito será realizado em conta corrente bancária através de ordem bancária, a qual será emitida em até 05 (cinco);

13.8 - No documento fiscal de cobrança deverá constar o número da conta corrente, o nome do banco e o código da agência da empresa;

13.9 – A Contratante deverá exigir, por ocasião do pagamento da Contratada, a comprovação de sua regularidade perante as Fazendas Federal e Estadual, perante o INSS-CND e FGTS-CRF.

13.10. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, a CONTRATANTE, procederá à atualização financeira diária de seus débitos, através do índice do IGP-DI (FGV), “pro rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e data final o dia do efetivo pagamento da emissão da ordem bancária ou pelo índice que venha a substituí-lo. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$R = V \times I$$

Onde,

R = valor da correção procurada;

V = valor da obrigação;

I = percentual do IGP-DI do mês de aplicação da correção, se não for conhecido utilizar o percentual do IGP-DI do mês anterior.

13.11. A compensação financeira prevista nesta condição poderá ser requerida pela CONTRATADA à CONTRATANTE, que deverá providenciar o respectivo pagamento em conta corrente bancária, em até 05 (cinco) dias, a contar da data da apresentação do requerimento de compensação acompanhado de documento fiscal de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 – O descumprimento, total ou parcial, de quaisquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às sanções deste Termo amparadas na Lei nº. 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

14.2 – Estará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores:

| OCORRÊNCIAS E SANÇÕES | | |
|------------------------------|---|---------------|
| ID | Ocorrência | Sanção |
| 1 | Para as infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízo à Administração e que não mereça nenhuma das penalidades adiante elencadas. | Advertência |
| 2 | 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, até o limite de 20% (vinte por cento), por dia de atraso injustificado na entrega do produto; | Multa |
| 3 | 30% (trinta por cento) sobre o valor do item empenhado, para o caso de atraso injustificado superior a 30 dias, além de rescisão do contrato; | Multa |
| 4 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do equipamento, no caso de entrega de qualquer item que injustificadamente seja apresentado em desacordo com as especificações contidas na proposta; | Multa |
| 5 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do equipamento, nos casos de descumprimento dos prazos previstos para os serviços de atendimento e de garantia estabelecidos neste Termo; | Multa |
| 6 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor global registrado para o objeto deste Termo, nos casos de reincidência na aplicação de penalidades previstas nos itens anteriores, além de rescisão deste Contrato; | Multa |
| 7 | Até 20% (vinte por cento) sobre o valor global registrado, nos demais casos que envolvam a inexecução total ou parcial das condições pactuadas e obrigações assumidas no Registro de Preços e que resultem em nítido prejuízo para a Justiça Federal do Ceará, além de rescisão deste Termo; | Multa |
| 8 | A aplicação das penalidades mencionadas neste item não constituirá óbice à aplicação cumulativa das penas previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei 8666/93; | |
| 9 | As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos; | |
| 10 | Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber; | |
| 11 | Se a Contratada ensejar o retardamento, falhar ou fraudar na execução deste instrumento, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais. | |

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1 - Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA apresentará garantia anual de 5% (cinco) por cento sobre o valor do contrato em uma das modalidades estabelecidas no art. 56,

§2º, da Lei nº 8.666/1993, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da assinatura deste Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE;

15.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o limite de 2% (dois por cento);

15.3 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

15.4 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

15.4.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.4.2 - Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.4.3 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

15.4.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.5 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

15.6 - A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação;

15.7 - A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem do CONTRATANTE;

15.8 - A garantia será considerada extinta:

15.8.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.8.2 - Após o prazo estabelecido no subitem 15.6, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

15.9 – A JFCE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.10 - Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme o art. 56 §4º, da Lei 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CERTIFICAÇÕES

16.1. Deve ser compatível com a diretiva europeia RoHS. Comprovação através do catálogo do produto;

16.2. Aderência a Portaria 170/12 do INMETRO, sendo aceitas normas equivalentes internacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OUTROS

17.1 A Contratada deverá disponibilizar no site do fabricante o manual de serviço do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com fornecimento do(s) link(s) em uma declaração por escrito e/ou fornecimento impresso dos manuais;

17.2 Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;

17.3 A Contratada deverá comprovar, obrigatoriamente, todos os itens e subitens especificados, através de catálogos, folders e/ou outros comprovantes, apontando a página do documento onde consta a comprovação do solicitado;

17.4 Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação.

17.5 A Contratada garante que todos os componentes do produto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação durante a validade do registro de preço. Sendo permitido a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À execução do presente contrato e especialmente aos casos omissos aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações que porventura possam ocorrer deverão atender ao disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Aplicam-se, ao presente contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO CÓDIGO DE CONDUTA

O Código de Conduta da Justiça Federal, em anexo, instituído pela Resolução do Conselho da Justiça Federal nº 147, de 15/04/2011, por força do seu artigo 3º, integra o presente contrato para todos os fins.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Ceará, na Cidade de Fortaleza, para dirimir dúvida decorrente do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento para que se produzam os necessários efeitos legais.

RAQUEL ROLIM PEREIRA GALVÃO DE MELO
Diretora da Secretaria Administrativa

Representante Legal/Contratada

TESTEMUNHAS:

ASS.:

CPF:

ASS.:

CPF:

ANEXO - DO CONTRATO

CÓDIGO DE CONDUTA DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO N. 147, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

Alterada pela Resolução 308/2014, de 13/10/2014 (transcrita no final).

Institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo n. 2010.16.11758, na sessão realizada em 28 de março de 2011,

RESOLVE:

Das Disposições Gerais

Art. 1º Instituir o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, com as seguintes finalidades:

I – tornar claras as regras de conduta dos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

II – assegurar que as ações institucionais empreendidas por gestores e servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus preservem a missão desses órgãos e que os atos delas decorrentes reflitam probidade e conduta ética;

III – conferir coerência e convergência às políticas, diretrizes e procedimentos internos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

IV – oferecer um conjunto de atitudes que orientem o comportamento e as decisões institucionais.

CAPÍTULO I

Dos Destinatários

Art. 2º O Código de Conduta aplica-se a todos os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus (redação dada pelo artigo 1º da Resolução 308/2014, de 13/10/2014).

Parágrafo único. Cabe aos gestores, em todos os níveis, aplicar, como um exemplo de conduta a ser seguido, os preceitos estabelecidos no Código e garantir que seus subordinados – servidores, estagiários e prestadores de serviços – vivenciem tais preceitos.

Art. 3º O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus integrará todos os contratos de estágio e de prestação de serviços, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores.

CAPÍTULO II

Dos Princípios de Conduta

Art. 4º A conduta dos destinatários do Código deverá ser pautada pelos seguintes princípios: integridade, lisura, transparência, respeito e moralidade.

CAPÍTULO III

Da Prática de Preconceito, Discriminação, Assédio ou Abuso de Poder

Art. 5º O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus não serão tolerantes com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

CAPÍTULO IV

Do Conflito de Interesses

Art. 6º Gestores ou servidores não poderão participar de atos ou circunstâncias que se contraponham, conforme o caso, aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus ou que lhes possam causar danos ou prejuízos.

Art. 7º Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.

CAPÍTULO V

Do Sigilo de Informações

Art. 8º O servidor ou gestor que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas publicamente deverão manter sigilo sobre seu conteúdo. Art. 9º Ao servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus é vedado aceitar presentes, privilégios, empréstimos, doações, serviços ou qualquer outra forma de benefício em seu nome ou no de familiares, quando originários de partes, ou dos respectivos advogados e estagiários, bem como de terceiros que sejam ou pretendam ser fornecedores de produtos ou serviços para essas instituições.

Parágrafo único. Não se consideram presentes, para fins deste artigo, os brindes sem valor comercial ou aqueles atribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda ou divulgação, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio Tangível e Intangível

Art. 10. É de responsabilidade dos destinatários do Código zelar pela integridade dos bens, tangíveis e intangíveis, dos órgãos onde atuam, inclusive sua reputação, propriedade intelectual e informações confidenciais, estratégicas ou sensíveis.

CAPÍTULO VII

Dos Usos de Sistemas Eletrônicos

Art. 11. Os recursos de comunicação e tecnologia de informação disponíveis no Conselho e na Justiça Federal de primeiro e segundo graus devem ser utilizados com a estrita observância dos normativos internos vigentes, notadamente no que tange à utilização e à proteção das senhas de acesso.

Parágrafo único. É vedada, ainda, a utilização de sistemas e ferramentas de comunicação para a prática de atos ilegais ou impróprios, para a obtenção de vantagem pessoal, para acesso ou divulgação de conteúdo ofensivo ou imoral, para intervenção em sistemas de terceiros e para

participação em discussões virtuais acerca de assuntos não relacionados aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundos graus.

CAPÍTULO VIII

Da Comunicação

Art. 12. A comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados.

CAPÍTULO IX

Da Publicidade de Atos e Disponibilidade de Informações

Art. 13. É obrigatório aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade, bem como assegurar que a divulgação das informações aconteça no menor prazo e pelos meios mais rápidos.

CAPÍTULO X

Das Informações à Imprensa

Art. 14. Os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos, exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, tribunais regionais federais e seções judiciárias, conforme o caso.

CAPÍTULO XI

Dos Contratos, Convênios ou Acordos de Cooperação

Art. 15. Os contratos, convênios ou acordos de cooperação nos quais o Conselho, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias sejam partes devem ser escritos de forma clara, com informações precisas, sem haver a possibilidade de interpretações ambíguas por qualquer das partes interessadas.

CAPÍTULO XII

Das Falhas Administrativas

Art. 16. Servidores ou gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus que cometerem eventuais erros deverão receber orientação construtiva, contudo, se cometerem falhas resultantes de desídia, má-fé, negligência ou desinteresse que exponham o Conselho, os tribunais regionais federais e as seções judiciárias a riscos legais ou de imagem, serão tratados com rigorosa correção.

CAPÍTULO XIII

Da Responsabilidade Socioambiental

Art. 17. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus exigirão de seus servidores, no exercício de seus misteres, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente.

CAPÍTULO XIV

Do Comitê Gestor do Código de Conduta

Art. 18. Fica instituído o comitê gestor do Código de Conduta, ao qual compete, entre outras atribuições, zelar pelo seu cumprimento.

Art. 19. Cada tribunal terá um comitê gestor formado por servidores nomeados pelo seu presidente; outro tanto no Conselho da Justiça Federal.

Art. 20. As atribuições do comitê gestor do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Conselho da Justiça Federal.

Art. 21. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

Publicada no Diário Oficial da União

De 18/04/2011 Seção 1 Pág. 133

RESOLUÇÃO 308, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014
(DO-U 13-10-2014)

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011, que instituiu o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº CF-PPN-2012/00033, julgado na sessão realizada em 29 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º - Alterar o art. 2º da Resolução nº 147, de 15 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Código de Conduta aplica-se a todos os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus."

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação
Min. FRANCISCO FALCÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

ANEXO VI – Local de Entrega dos Bens

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

783000 – COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL

Rua Coronel Flamínio, nº 100
Bairro: Santos Reis – Natal – RN
Cep: 59.010-500

90010 – JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA – AL

Sede da Justiça Federal em Alagoas - Macéio/AL
Endereço: Avenida Menino Marcelo, s/n, Serraria - Maceió - AL - CEP: 57046-000
Fone: (82) 2122-4159

90031 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Cais do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão
Bairro do Recife - Recife - PE
CEP: 50030-908 | CNPJ:24.130.072/0001-11
Telefone: (81) 3425-9853
E-mail: cpl@trf5.jus.br